

Eu e o Outro: Uma Discussão sobre Modos de Enunciar a (A)Normalidade

Eliana Müller de Mello (elianamuller@uol.com.br)

Micheline Kruger Neumann (michelinen@feevale.br)

Paulo Renato Thiele (paulort@feevale.br)

Cristhian Coiro (chistiancoiro@feevale.br)

Resumo:

Neste trabalho, discutem-se os conceitos de poder, subjetivação e (a)normalidade, bem como os conceitos de cultura em relação à temática da Diferença e da Identidade na Educação. Tal discussão é feita no sentido de expor a fundamentação de uma pesquisa em andamento sobre a produção da identidade afro-descendente no imaginário social através de três eixos norteadores da pesquisa: midiático, biológico e territorial. Pretende-se uma análise de como se constrói um discurso sobre os sujeitos "diferentes", atentando para os vazios do simbólico em relação à normalidade. **Palavras-chave:** representação, dispositivo pedagógico, discurso, cultura.

Abstract:

In this research the concepts of dominion are argued, subjectivity and (ab)normality, as well as the concepts of culture in relation to thematic of the Difference and the Identity in the Education. Such quarrel is made in the direction to display the recital of an in progress research on the production of the identity imaginary afro-descendant in social through the three axles central of the research: the media, biological and territorial. An analysis is intended of as if it constructs a speech on "the different" citizens, attempting against for the emptinesses of the symbolic one in relation to normality.

Keywords: representation, pedagogical device, speech, culture.

É possível compreendermos que as diversidades existentes entre os grupos diversos se tornaram pontos de conflito, pois de um lado existe um *eu* que pensa igual, acredita nos mesmos deuses, vive de modo "estável" e, de repente, percebe que existe um *outro* que não compartilha das mesmas crenças. Esse contato com o

que se mostra de modo distinto do padrão ocorre, em geral, de modo turbulento: perturba e ameaça desintegrar a identidade "estável" da sociedade do *eu*. A imposição da presença do *outro* é vivida como a negação dessa aparente ordem. A palavra *ordem* está vinculada ao desejo de manter a estabilidade. O estágio de constância que é determinado pela manutenção do mesmo esquema social.

É atribuído à sociedade do *eu* tudo o que for mais elaborado ou civilizado. Já a sociedade do *outro* é marcada pela reificação de idéias etnocêntricas. Caracterizando-se como primitivo, não-humanizado, ele é percebido como um "intruso" que trará a desordem. A palavra *desordem*, nesse sentido, é percebida como algo ruim. A conotação que lhe é atribuída é de destruição. Para que essa destruição não ocorra, busca a sociedade do *eu* uma forma de proteger-se desse efeito desestabilizador, mediante a neutralização do desconhecido. Portanto, para evitar o possível caos, busca manter o *status quo*, para o que é necessário calar o *outro*, mantendo-o excluído e dominado a fim de permanecer a ilusão do equilíbrio e da ordem vivida na ausência da diferença.

A coexistência do *eu* e *outros* instaura a dimensão do desconhecido, desestabilizando as estruturas vigentes e formando outras novas com direções imprevisíveis. Essa incerteza leva a uma sensação de desordem que, se acolhida de modo satisfatório, poderá ser um momento de grandes transformações e cooperação para a construção de uma nova *ordem* social. Para que isso ocorra, é necessário reconhecer a relação dialógica entre esses termos, pois eles fazem parte do mesmo processo de construção histórica. Viver apenas uma ou outra seria viver de modo pobre, mutilado. Se houvesse apenas a *ordem*, não haveria espaço para o novo, o ousado, o criativo. Se houvesse apenas *desordem*, não haveria capacidade de manter a evolução e o desenvolvimento.

Trabalhar na dimensão da incerteza que é suscitada pela presença do *outro* é elevar o pensamento

ao complexo, considerando o múltiplo, o certo e o incerto, o lógico e o contraditório. Mas a sociedade do *eu* se apresenta de modo totalitário. Nela não há espaço para o novo. Existe a impossibilidade de uma relação dialógica, pois ela não percebe essas diferenças como transitórias e remediáveis pela ação do tempo, ou modificáveis pelo contato cultural.

Há uma cristalização de pensamentos em idéias estereotipadas, o que pode deflagrar um mal-estar diante do *outro*, demarcando uma distância de reconhecimento e prestígio entre sociedades distintas. Tal comportamento é denominado preconceito. Os sujeitos que possuem tal crença constroem conceitos próprios, marcados por estereótipos, que são os fios condutores para a disseminação do preconceito, pois se encontram em consonância com os interesses do grupo dominante, que utiliza seus aparelhos ideológicos para difundir a imagem depreciativa de qualquer pessoa "diferente" do que foi padronizado pela sociedade.

Nesse sentido, o estereótipo leva a uma comodidade cognitiva, pois não é preciso pensar sobre a questão da exclusão de modo crítico, uma vez que já existe um (pré) conceito formado, fazendo com que os sujeitos simplesmente se apropriem dele, colaborando para a acentuação do processo de alienação da identidade do sujeito e a sua conseqüente exclusão social. Esses estereótipos dão origem ao estigma que vem sinalizar suspeita, ódio e intolerância dirigidos a determinado grupo, inviabilizando a sua inclusão social. Cabe salientar que o termo *estigma* é de origem grega e se referia a sinais corporais, uma marca depreciativa atribuída a um determinado sujeito por não estar coerente com as normas e o padrão estabelecidos. Assim, buscava-se evidenciar o seu desvio e atributos negativos com a imputação do estigma, servindo de aviso para os "normais" que deveriam manter-se afastados da pessoa "estragada", "impura", "indigna" e "merecidamente" excluída do convívio dos "normais".

A impressão do estigma depende da visibilidade e do conhecimento do "defeito". A partir dessa confirmação, o sujeito torna-se desacreditado em suas potencialidades, passando a ser identificado não mais pelo seu caráter individual, mas de acordo com a sua marca, destruindo-se a visibilidade das outras esferas de sua subjetividade. No caso da população negra, sujeito desta pesquisa em andamento, o seu *defeito* é evidente, já que sua cor a "denuncia", passando, então, a experimentar no seu próprio corpo a impressão do estigma e, a partir deste, ser *suspeito* preferencial das diversas situações que apresentam perigo para a população.

A princípio, os grupos homogêneos, como a família, produzem uma cápsula protetora que faz o sujeito se sentir menos agredido, mas, ao entrar em contato com a diversidade social, passará a dimensionar as violentas atribuições dadas às suas diferenças. Desse modo, o momento em que estigmatizados e "normais" encontram-se numa mesma situação social é o instante no qual se evidenciam todas as diferenças,

causando incômodos para ambas as partes. Nesse encontro, o estigma parece tomar uma proporção ainda maior, e os estigmatizados sentem-se inseguros frente ao olhar do opressor, por não saberem quais atribuições estão sendo dadas. Seria como se fossem cruamente invadidos por avaliações estereotipadas que reduzem a sua identidade ao seu "defeito". Nessa perspectiva, este artigo tem o intuito de ser um impulsionador de debate e pesquisa em relação às identidades e diferenças, pois a exclusão inviabiliza o reconhecimento da dignidade do sujeito, comprometendo a sua inclusão social. Esse estado de não-permissão social concretiza-se quando percebemos a falta de pertença, uma invisibilidade na participação no poder político, uma limitada inserção na sociedade e um silenciamento da cultura.

Suprimir a fala de alguns sujeitos da história agride diretamente a identidade dos mesmos, já que a imagem que encontramos é a que construíram sobre eles e para eles. Isso compromete não apenas a imagem dos silenciados, como muitas identidades que deles se derivam. Pois, as sociedades constroem suas identidades através da aproximação ou diferenciação com o outro que, muitas vezes, está no seu passado histórico que, eventualmente, pode estar silenciado.

Circuito da cultura

Talvez nesse momento, seja importante levantarmos algumas discussões sobre cultura a partir de entendimentos que possam ir além de suas noções clássicas como "origem", "autenticidade" ou "essência de um povo". Aliás, em relação a esse entendimento, Homi Bhabha (1998) já havia considerado que "as reivindicações hierárquicas de originalidade ou 'pureza' inerentes às culturas são insustentáveis, mesmo antes de recorrermos a instâncias históricas empíricas que demonstram seu hibridismo" (p. 67).

O entendimento de cultura que está sendo tomado neste artigo tem por base as contribuições dos Estudos Culturais e do Pós-Colonialismo, que têm apostado na percepção da cultura como práticas de significações que envolvem cruzamentos e trocas intersubjetivas. Concebida como práticas de significações e valores que se corporificam nos modos de vida das pessoas e dos grupos no interior de cada sociedade, a cultura passa a ser compreendida como uma das condições constitutivas de existência de toda prática social e um dos principais *locus* onde são estabelecidas e contestadas as divisões desiguais no que se refere a etnia, raça, classe, sexo, gênero, gerações...

Nesse sentido, as relações entre cultura, poder e significações constituem um nexos crucial para o entendimento das dinâmicas sociais e dos mecanismos institucionais responsáveis pela produção de discursos e de práticas culturalmente "recomendadas" e, também, conforme sugere Veiga-Neto (2000), nos ajudam a "pensar a cultura para além do domínio material - isto é,

do domínio dos objetos e das práticas envolvidas com esses objetos... e pensar a cultura, também e ao mesmo tempo, no domínio simbólico: como significamos os objetos e as práticas e, ao fazermos isso, como abstraímos e transferimos esses significados para outros contextos; e, ao fazermos essa transferência, como os ressignificamos” (p. 57).

Sob esse aspecto, a noção de cultura tem menos a ver com as reivindicações de “autenticidade”, “pureza”, “unicidade”, e muito mais com o que Bhabha (1998) chama de uma “produção irregular e incompleta de sentido e valor” (p. 240), ou seja, a cultura não como um “objeto epistemológico” a ser conhecido, mas como um lugar enunciativo de deslocamentos e realinhamentos constantes que abre a possibilidade de construção de outros tempos e espaços de significação cultural. Nessa perspectiva, os modos de ver as culturas enquanto conjuntos de vivências e modos de vida “compartilhados” no interior de cada comunidade local já não se sustentam plenamente, pois nesses tempos de transnacionalização econômica e cultural, são cada vez mais frequentes os intercâmbios, os nomadismos e os cruzamentos identitários entre nações, grupos, raças, etnias, gerações...

Desse modo, pode-se dizer que as culturas e as identidades não possuem uma “essência” que as fixe e as mantenha imutáveis fora de sua historicidade. Muito menos se trata de algo “transcendental” e “universal” que une a todos independentemente das configurações e variações em cada cultura. As identidades são, ao contrário, “os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento” (HALL, 1996, p.70). As identidades são inseparáveis das diferenças, isto é, são mutuamente determinadas, interdependentes e partilham uma importante característica: provêm de atos de criação cultural e lingüística. E, se “a linguagem vacila”, a “identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade” (SILVA, 2000, p. 80). Por outro lado, as diferenças culturais não podem ser vistas como uma espécie de “obviedade cultural” (SKLIAR, 1999) marcada pela existência pluralista de culturas nem como “totalidades” ou “categorias” que servem para nomear pessoas, grupos ou culturas de forma homogênea e unitária. “Diferenças são sempre diferenças” (op. cit.), ainda que erroneamente entendidas como algo indesejável e impróprio à “normalidade”.

De muitos modos, essas discussões contribuem para produzirmos imagens de identidades e diferenças não a partir de tempos fixos e sedentários, sob a “ilusão do fechamento”, mas a partir do reconhecimento de que ambas se confluem em tempos fluidos e nômades entre passado e presente, e se constituem por intermédio de um tríplice matiz intersticial que conjuga a experiência de estar se dando, deixar de ser e estar sendo. Essas polêmicas, por sinal, são extremamente importantes

para a compreensão dos cenários culturais que se descortinam em nosso tempo, servindo, inclusive, de abertura no campo educacional a formas menos “negativistas” e violentas de encarar as diferenças para além da ótica do “desvio” do que é ser “normal” e dos padrões convencionais de “referência” identitária, de modo a situá-las histórica e culturalmente nos atravessamentos das relações de força e de poder que as permeiam.

Nesse sentido, analisar as práticas sociais como práticas culturais significa, por conseguinte, buscar entender o que se produz e reproduz no imaginário social, e o que torna possível tais processos. Se, conforme Elsie Rockwell (1989), estudar o processo de reprodução implica estabelecer a continuidade, num sentido analítico, de certos conteúdos sociais no tempo ou no espaço, trata-se de observar e analisar a continuidade dos conteúdos culturais e simbólicos que fundamentam práticas legitimadoras das desigualdades das pessoas não enquadradas na “normalidade” social, enquanto mudam, historicamente, as formas que asseguram tal continuidade.

E é desse lugar que a cultura é considerada neste estudo: como um campo onde significados são produzidos, compartilhados e disputados por diferentes grupos. É importante dizer que o produzir e o compartilhar dos significados não são processos tranqüilos; eles ocorrem em meio a conflitos de interesses dos grupos envolvidos neste processo que estão sempre em busca de hegemonia para seus significados. Cultura constitui-se de um conjunto de práticas em que significados são produzidos e compartilhados. Tais significados envolvem idéias, comportamentos, sentimentos, emoções e funcionam como marcas nas identidades culturais.

Diferenças: Estilhaços da linguagem

Os significados são compartilhados através da linguagem. Neste ponto, podemos estabelecer uma das conexões com os Estudos Culturais: a importância da linguagem na concepção de cultura e de sociedade. Sendo a linguagem o meio através do qual o significado é produzido socialmente, ela não apenas constitui os objetos de que fala como também constitui os próprios sujeitos aos quais se refere. Nesse processo de constituição estão implicadas relações de poder. Nesse contexto, o conceito de poder mais adequado para o propósito daquilo que discutimos é aquele elaborado por Michel Foucault. Para Foucault (1984) o poder não é algo que alguém possui ou que está localizado em algum ponto específico de onde ele é exercido. O poder, tal como concebido por Foucault, não tem um aspecto negativo ou opressor, é também produtivo, gera saberes, normas e regulações.

Nesse sentido, assumimos essa perspectiva ampliada de cultura, direcionando nosso olhar para várias práticas culturais, que passam a ser tomadas

como pedagogias educativas que produzem idéias, representações e identidades culturais, sendo, desse modo, constitutivas dos sujeitos.

Hall (1997) argumenta que os significados vão sendo assumidos por determinado grupo social, que partilha dos mesmos códigos culturais, destacando a existência de um circuito da cultura, no qual os significados vão sendo produzidos, reproduzidos, fixados ou reorganizados. Partilhar da mesma linguagem não significa, no entanto, apenas falar a mesma língua e sim compreender os códigos e seus significados da mesma forma. A linguagem oral, desse modo, é um dos “meios” através dos quais pensamentos, idéias e sentimentos são representados em uma cultura.

Damos significado às coisas através da forma como as representamos e esses significados estão sendo constantemente produzidos em diversos lugares e práticas sociais. Nesse sentido, a representação cultural é uma das formas mais eficazes de instituição de significados e sobre ela cabe tecer maiores considerações.

Para Hall (1997), se os sujeitos partilham uma mesma linguagem - e há múltiplas formas de linguagem, palavras, gestos, sons, imagens, silêncios, etc, todas elas carregando significados -, ou partilham os mesmos códigos, eles são capazes de representar e de trocar significados e conceitos. Nessa perspectiva, a representação cultural atua na constituição de sujeitos que passam a ser marcados como “diferentes”. Hall (1997) discute a questão dos significados produzidos pelas representações, mostrando como eles acabam por fixar identidades e diferenças culturais. Cabe, então, tecer algumas considerações sobre a questão da “diferença”. Conforme Silva, “a diferença não é uma característica natural: ela é discursivamente produzida” (1999, p.87). O diferente é assim considerado, pois também discursivamente foi instituído o não-diferente, ou seja, aquele que é considerado o padrão, o modelo, o jeito correto de ser (Silva, 1999).

Uma experiência pedagógica

Através da linguagem - e do silêncio - aprendem-se modos de ser homem/mulher, branco/negro, hetero/homossexual, pobre/rico, com síndromes, surdo, mudo, cego e outros muitos considerados diferentes e, portanto, fora da normalidade produzida pelo imaginário social. Nesse sentido, desenvolvemos, na Escola de Educação Básica Feevale - Escola de Aplicação, o projeto “Identidade e Inclusão social” com os alunos do segundo ciclo, concluintes do Ensino Médio. O objetivo desse projeto é investigar de que forma algumas instituições vêm atuando como pedagogias culturais e que identidades têm sido privilegiadas em suas representações. Nesse aspecto, procuramos mostrar as implicações das representações culturais na constituição das identidades dos sujeitos. Neste ano, detivemo-nos, então, à análise da representação e

construção da identidade do afro-descendente no imaginário social a partir de três eixos norteadores: dispositivo pedagógico da mídia, fator biológico e territorial.

A partir desses eixos norteadores estão sendo pesquisados os modos como as identidades do afro-descendente foram construídas socialmente e os mecanismos usados para a produção da diferença no imaginário social, ou seja, como estão sendo subjetivados em diferentes espaços, quais os mecanismos que estão imbricados nessa subjetivação, que efeitos tem esse processo de constituição de determinadas subjetividades. Essa constituição tanto está relacionada a essa produção quanto, mais do que isso, refere-se ao enquadramento do negro - a partir, principalmente, do disciplinamento de seus corpos - num determinado código de conduta/comportamento considerado como “o normal” e como “o mais adequado” para que se possa partilhar das experiências e, mais ainda, para que se possa viver no mundo contemporâneo.

Este projeto trata-se, antes, de uma análise que busca tão somente tentar compreender como as instituições atuam na produção de identidades do afro-descendente e na sua diferenciação no grupo de sujeitos considerados, sob que lógica operam as diferentes categorias/elementos neles em funcionamento, de que forma e através de que mecanismos tais categorias/elementos são produzidos, e, ainda, que efeitos as práticas disciplinares têm na construção de determinados modos de ser quanto às questões étnicas. Não para propor uma destruição e/ou uma transformação desses lugares ou dessas práticas sociais, mas para que, através de “pequenos” detalhes, de sutilezas, minúcias, astúcias, arranjos - aparentemente desinteressados - possamos rever algumas de nossas verdades, questionar algumas de nossas certezas e, assim, quem sabe, dar vez *ao impossível* em nossa forma de ver, pensar e agir no mundo.

Com relação a isso, há que se fazer uma consideração: prática, num sentido muito amplo, pode ser entendida como não somente o que acontece (o que se faz) num determinado espaço e num tempo (como se o espaço fosse um cenário físico pré-existente ao acontecimento, ao que se faz nele), mas a nossa própria ação que tanto estabelece o espaço e o tempo quanto, simultaneamente, é estabelecida pelo espaço e pelo tempo. Nesse sentido, a própria percepção que se tem dos espaços (e das sucessões encadeadas de espaços a que chamamos “memória no tempo”), da organização desses espaços e dos discursos estabelecidos nestes, suas distribuições, suas hierarquias, são práticas. Assim, examinar e descrever os espaços - e, para sermos mais rigorosos: examinar e descrever os lugares - significa, também, examinar e descrever práticas.

Conforme Louro, “o governo não emana de um único ponto”, isto é, ele é exercido por múltiplas forças e

grupos que regulam nossa existência. Muitas instâncias e autoridades também se consideram capazes de vigiar, julgar e marcar as diferenças étnicas. Instâncias que, através de distintos processos, detêm legitimidade social para proclamarem a “verdade” sobre os sujeitos, para demarcarem o certo e o errado, o normal e o patológico; para decidir quem é decente ou indecente, legal ou ilegal. Discursos científicos, religiosos, jurídicos e educacionais produzem esses limites e estabelecem quem está no centro e quem ocupará as margens. Tais discursos não são sempre convergentes. Podem ter sido historicamente concorrentes ou, algumas vezes, complementares. Podem se combinar de formas sutis e intrincadas ou podem se contrapor, interpelando distintamente os sujeitos, fazendo-os oscilar e escolher, ou seja, produzindo identidades e diferenças. O que parece ser consenso é que a questão da negritude está, mais do que nunca, no centro de diferentes discursos que constituem as práticas e as representações; está, segundo Louro (2000, p.79), “deixando o silêncio e o segredo e, por bem ou por mal, está provocando ruído, fazendo barulho, fazendo falar”.

Nessa perspectiva, grupos distintos traçam fronteiras diferentes para determinarem a adequação ou marginalidade dos sujeitos. Obviamente, nesse traçado estão inscritas relações de poder. A aprendizagem dos lugares sociais pelos indivíduos é feita desde muito cedo, em múltiplas instâncias e, por vezes, através de mecanismos tão sutis que se torna extremamente difícil percebê-las. Nesse processo, a produção das identidades étnicas tem uma centralidade que é, freqüentemente, dissimulada ou negada pelos discursos. Nessa perspectiva, consideramos que a produção das identidades no imaginário social dá-se, no mínimo, por três dispositivos pedagógicos: midiático, biológico e territorial.

A territorialidade e o imaginário

O espaço é um hoje uma categoria fundamental no discurso das ciências sociais e humanas. É no espaço que se constrói o imaginário territorial, que se definem as fronteiras nacionais. É nele que se concretizam as identidades, que se manifestam as culturas, que se estabelecem os hábitos, que se consolidam os costumes, que circulam os valores ideológicos. É nele, ou por ele, que se deflagram os conflitos entre as nações.

Entendemos ainda que o espaço é físico, é econômico e é político. Pois não há como pensar o homem senão em razão do lugar que o constitui como sujeito. O ser humano, assim, é o espaço que ele habita: sem o espaço, o homem é uma categoria abstrata; assim como, sem o homem, o espaço é vazio. Dessa maneira, podemos dizer que o espaço é existencial e a existência é espacial: é no espaço que o homem se torna homem.

Nesse sentido, existem tantos espaços quanto percepções espaciais distintas. Assim, o espaço em que vivemos condiciona a nossa percepção de mundo, com

suas “verdades” e “mentiras”, com seus conceitos e preconceitos. O espaço que enxergamos é o espaço que fomos condicionados a enxergar.

Nesse aspecto, o espaço passa a ser um lugar praticado, e a prática é que nos familiariza com o espaço, transformando-o num lugar específico, constitutivo de uma dada identidade. Numa relação dialética, podemos dizer que o espaço condiciona a percepção, que por sua vez, produz um espaço. Em outros termos, o espaço permite ao sujeito perceber, e essa percepção o leva a defini-lo de dada maneira: o espaço, contudo, não existe antes, mas é orientado pelo modo de percebê-lo, que é cultural, social, ideológico.

O espaço não existe, para o sujeito, antes da linguagem, já que a linguagem é que fornece as lentes para se enxergar o mundo. Os elementos lingüísticos, então, é que conferem ao espaço seus contornos físicos, econômicos, políticos etc. Para o homem, portanto, só existe o que ele nomeia e descreve, isto é, a “realidade” é tal qual ele a denomina e a conceitua. Por isso, não há espaço fora da linguagem; por isso, a linguagem fabrica o espaço; por isso, a “realidade” não é a mesma para todos os sujeitos; por isso, existem tantos espaços quanto percepções espaciais distintas.

Estereótipos e a “essência” biológica

A palavra biodiversidade expressa o conjunto das diferentes formas em que a vida se manifesta, podendo ser avaliada em diferentes níveis de grandeza. Podemos falar mais macroscopicamente, avaliando uma diversidade de ecossistemas em um certo país ou numa certa área ou microscopicamente, avaliando, por exemplo, a diversidade genética de uma população de uma certa espécie. Segundo HELENE e MARCONDES (1996), entende-se então por biodiversidade ou diversidade biológica, como sendo a totalidade de genes, de espécies e de ecossistemas diferentes presentes num ecossistema. A diversidade cultural está associada às tradições de um povo, essas que passam de uma geração para outra, sendo representada em suas práticas sociais, ritos, costumes e práticas de subsistência, sendo codificados pela linguagem.

A partir desses conceitos, observa-se a consolidação de estereótipos, principalmente do afro-descendente, no imaginário social, pois se acreditava que a distinção moral “estava contida” na essência, ou seja, características depreciativas, como: “não saber falar, não ter educação, não ser bonito, não ser rico, não poder liderar, enfim, não permitir ser diferente do padrão construído pela sociedade” estariam ligadas às questões fenotípicas, isto é, uma redução do cultural ao biológico, desvalendo-se as características individuais e sociais. As marcas do corpo ou caracteres físicos demarcam as distâncias e os locais ocupados no prestígio social. Por meio de um traço “objetivo” caracteres físicos, indica-se o caminho para construções arbitrárias, baseadas na ideologia dominante, as quais passam a atribuir significados que

desqualificam a identidade excluída e produzem diferenças.

Estamos em um mundo em que o agora é o mais importante que o amanhã, em que o emprego e o lucro de hoje estão à frente da qualidade de vida das gerações futuras. Vivemos um verdadeiro confronto entre a ética e a moral, em que o homem cria regras convencionais para atender às suas conveniências, sem medir os seus efeitos colaterais; em que as características fenotípicas são convencionadas/ditadas pela mídia, tornando todos "iguais", criando-se assim fenocópias, ou seja, verdadeiras cópias de fenótipos que não são os seus, aqueles herdados pela sua genética, mas, sim, uma cópia do "outro".

Mídia, produção de sujeitos e subjetividades

Em todos os grupos humanos, é possível observar a utilização de meios pedagógicos como forma de transmissão do saber, por meio dos quais os sujeitos compartilham conhecimentos, símbolos e valores. Em sociedades "modernas", criou-se uma sistematização desse saber, nas quais, mediante modelos formais e centralizados, as informações são transmitidas. Acreditava-se que essa seria a forma viável de adquirir polidez e desenvolver um conhecimento mais especializado. Nesse sentido, a mídia, de forma implícita, busca sustentar as relações assimétricas e monopolizar as idéias e ações de um determinado grupo, mantendo-o preso e dominado por esses conceitos, falseando a realidade, ocultando contradições reais, construindo no plano imaginário um discurso aparentemente coerente e a favor da unidade social.

Por isso, as mensagens emitidas através dos meios de comunicação de massa e o impacto que elas produzem no público jovem são temáticas urgentes e altamente relevantes que precisam ser discutidas e analisadas na educação formal. É necessário que o jovem abandone a postura de receptor passivo e torne-se autor de seu próprio discurso para uma ação de transformação da sociedade, tornando as relações interpessoais mais justas e democráticas. O jovem pode e deve aprofundar o seu posicionamento crítico sobre as mensagens que ele recebe através dos meios de comunicação de massa e estabelecer relações a partir da construção dos meios de comunicação, sua relação com fatos históricos e padrões sociais estabelecidos e muitas vezes reforçados com a utilização de estereótipos e preconceitos na construção de determinadas mensagens. Identidades e, também, diferenças.

Nesse sentido, a seleção do que vai ser emitido através dos meios de comunicação, o ponto de vista de quem emite a mensagem e sua bagagem de conceitos é importantíssimo. Em um mundo onde muitas histórias estão acontecendo ao mesmo tempo, a seleção do que será veiculado e o ponto de vista representam intenções em relação à informação. O ato de fala tem por objetivo

persuadir, convencer alguém em respeito de alguma coisa. Uma das formas que os meios de comunicação usam para persuadir o seu público é usar informações do mesmo universo das pessoas que desejamos convencer, é apelar para a emoção, usando o mesmo vocabulário e objetivando identificação. A seleção leva em consideração a conveniência do que é interessante que as pessoas fiquem sabendo.

Por isso, os meios de comunicação exercem poderosa influência na nossa cultura. Refletem, recriam e difundem o que se torna importante socialmente tanto ao nível dos acontecimentos (processo de informação) como do imaginário. Assim, os meios de comunicação possuem um papel importante na construção do nosso ponto de vista, da nossa visão de mundo a partir da seleção das informações, o ponto de vista de quem emite a mensagem e a forma com que elas são construídas.

A mídia trabalha pensando na imitação, pois os seres humanos fazem um grande número de coisas na vida porque vêem os outros fazerem. Os meios de comunicação influenciam e legitimam atitudes das pessoas. Crenças, atitudes, hábitos são em grande parte ditados por ações dos outros. Os meios de comunicação, através dos seus conteúdos, também procuram trabalhar com a empatia em determinados momentos.

Busca a identificação das pessoas com personagens da realidade ou ficção. Muitas pessoas se identificam ou abominam determinados personagens construídos em obras de ficção que, muitas vezes, objetivam retratar histórias cotidianas. Heroínas e vilões constituídos sem nuances, determinados como bons ou ruins, em que o bem sempre vence o mal, retratando estereótipos e personagens caricatos em um enredo com início, meio e fim, representando um dispositivo pedagógico capaz de "educar", produzir diferenças e identidades.

Os primeiros resultados

Os primeiros resultados da análise sobre os "dispositivos pedagógicos" - midiático, biológico e territorial - indicam que tanto as diversas formas de se fazerem pedagógicos/educadores, como as de cotidianamente tentar capturar e devolver publicamente a privacidade dos indivíduos não se dão homoganeamente, indiscriminadamente. Apesar da conhecida busca de um "imaginário social" e, portanto, "total e padronizado", há sutis e múltiplas maneiras de "falar" aos diferenciados públicos, de trazê-los à luz e fazê-los também imagens de consumo cotidiano. Exemplificando: há modos muito específicos e diferenciados de se fazer falar grupos de jovens, adolescentes, crianças e mulheres negras e brancas; e para cada um desses grupos podem-se identificar outras diferenciações.

Tendo como ponto de partida, portanto, alguns dos "achados" da pesquisa acima referida, tais como a exposição dos indivíduos, os modos de incluir/ excluir

sujeitos, as múltiplas formas de tratar os "diferentes", especialmente o negro, continuamos a investigação sobre os dispositivos pedagógicos que produzem identidades e diferenças, centrando a atenção em mecanismos usados para construir especificamente a identidade do afro-descendente ou que o colocam como personagem central ou ainda que discutam, de alguma forma, sua presença na cultura e na sociedade. Estamos investigando, neste projeto, quais as estratégias utilizadas pela mídia, pelo discurso biológico e territorial para capturar o sujeito negro em suas mais diversificadas possibilidades de presença quanto à sua situação econômica e social, idade, profissão e quanto ao seu papel social. Em outras palavras: estamos investigando de que forma se constrói um discurso sobre o afro-descendente no Brasil; perguntamo-nos sobre o negro e os modos de constituí-lo na cultura brasileira contemporânea, considerando-se que os discursos midiático, biológico e territorial são instâncias de criação, reforço e circulação de sentidos, que operam na formação de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças temas fundamentais hoje nos mais diversos campos das ciências humanas.

Considerações Finais

O discurso midiático, biológico e territorial não apenas veicula, mas também constrói o imaginário social e produz significados, identidades e sujeitos - pressuposto que se fundamenta na articulação dos conceitos de poder, saber e sujeito feita por Michel Foucault. Trata-se, no estudo aqui proposto, de problematizar esses mesmos conceitos, a partir de outras perspectivas teóricas voltadas para a complexificação das relações entre sujeito e cultura. Refirimo-nos, especialmente, ao conceito de diferença cultural, à oposição normalidade/anormalidade e aos sentidos atribuídos culturalmente ao que seja o "ser (a) normal" construído pelo discurso midiático, biológico e territorial.

Conforme Homi Bhabha (1998), o conceito de diferença cultural torna-se crucial na medida em que a diferença aí é vista como uma forma de enunciação da cultura, ou seja, como um processo complexo de significação, através do qual se produzem afirmações e se instituem práticas a respeito das diversas culturas, dos grupos sociais (diferenciados por geração, gênero, etnia, religião, profissão, situação econômica e social), das minorias, enfim, de todos os "diferentes". Estamos falando de práticas discursivas e não-discursivas que, por sua vez, engendram diferenças e discriminações muito concretas no âmbito das instituições.

Quando nos propomos a continuar investigando os dispositivos pedagógicos, buscando descrever as estratégias de linguagem para a produção de sujeitos, no caso, do sujeito "diferente", nas suas múltiplas formas

de "aparição" pública (e privada), estamos justamente "tensionando" os conceitos de subjetivação, saber e poder, na medida em que introduzimos nesse conjunto teórico o conceito de diferença cultural que, supomos, tem uma estreita relação com o conceito de anormalidade.

Na realidade, polemizamos uns determinados modos de compreender as diferenças como algo indesejável, inadequado, que um dia tornar-se-á normalidade ou, então, que permanecerá na condição de excluído.

Conforme Skliar (1999), há que se compreender as diferenças para além de uma tolerância com as pluralidades ou as diversidades culturais, uma vez que "as diferenças são sempre diferenças" e, como tal, constituem-se fundamentalmente como fato político, são diferenças políticas, diferenças que "não são facilmente permeáveis nem perdem de vista suas próprias fronteiras"; daí que existem independentemente de serem ou não aceitas ou de que algum poder as nomeie como aceitáveis ou "normais". Elas existem e se afirmam em lutas muito concretas. Daí que se torna indispensável pensar o conceito de diferença do ponto de vista político e social, em relação a tempos e sociedades muito específicas.

Assim, através do discurso, são construídas estratégias a fim de se definir ou estabelecer quem e como são os diferentes - através de enunciados que afirmam "o que são" e "o que não são", por exemplo, os negros, índios, pobres, homossexuais, a mulher, o surdo, anão, cego, mudo, entre tantos outros outros construídos muitas vezes como "sujeitos infames". Este estudo reitera que há, sim, discursos construídos conflituosa e dinamicamente no interior de relações muito concretas de poder, sobre os vários tipos de diferenças sociais e culturais. Portanto, pensar as formas pelas quais os sujeitos "diferentes" e os processos "obscuros" são tratados na cultura é uma maneira de desnaturalizar aquilo que já se tornou corriqueiro e, por isso, talvez esquecido; é retirar esses sujeitos e processos de sua paisagem habitual e olhá-los de outra forma, esses grupos que um dia foram infames, escandalizaram a sociedade e que foram sendo transformados em grandes "verdades" universais.

Referências

- BHABHA, Homi. **O local das trocas simbólicas**. Belo Horizonte: Ed. / UFM, 1998.
- FOUCAULT, Michel. As regularidades discursivas. In: _____. **Arqueologia do Saber**. 4 ed. RJ: Forense Universitária, 1984.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996.

_____. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções de nosso tempo. Porto Alegre: Educação e Realidade, v.22, n. 2, 1997.

HELENE, M. Elisa e MARCONDES Beatriz. **Evolução e Biodiversidade:** o que nós temos a ver com isso? São Paulo: Scipione, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**, nº 2, v. 25, jul./dez. 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Teoria cultural e educação:** um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SKLIAR, Carlos Bernardo. A invenção e a exclusão da alteridade "diferente" a partir dos significados da normalidade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.2, nº 24, jul. / dez., 1999.

ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Cortês: Autores Associados, 1989.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os estudos culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) **Estudos culturais em Educação**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2000.